



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

BÁRBARA RODRIGUES DO NASCIMENTO

BIBLIOTECA PÚBLICA:
um estudo sobre o Departamento de Cultura de São Paulo e a Secretaria de
Educação do DF

BRASÍLIA – DF

2023

BÁRBARA RODRIGUES DO NASCIMENTO

BIBLIOTECA PÚBLICA:

**um estudo sobre o Departamento de Cultura de São Paulo e a Secretaria de
Educação do DF**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação (FCI) da Universidade de Brasília (UnB).

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia de Abreu Gomes

BRASÍLIA – DF

2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N244b Nascimento, Bárbara Rodrigues do
BIBLIOTECA PÚBLICA: um estudo sobre o Departamento de
Cultura de São Paulo e a Secretaria de Educação do DF /
Bárbara Rodrigues do Nascimento; orientador Ana Lúcia de
Abreu Gomes. -- Brasília, 2023.
30 p.

Monografia (Graduação - Biblioteconomia) -- Universidade
de Brasília, 2023.

1. Biblioteca Pública. 2. Secretaria de Estado de
Educação do Distrito Federal. 3. Mário de Andrade. 4.
Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. I.
Gomes, Ana Lúcia de Abreu, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Biblioteca Pública: um estudo sobre o Departamento de Cultura de São Paulo e a Secretaria de Educação do DF

Autor(a): Barbara Rodrigues do Nascimento

Monografia apresentada em **08 de Dezembro de 2023** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a) (FCI/UnB): Dra. Ana Lúcia de Abreu Gomes

Membro Interno (FCI/UnB): Dra. Greyciane Souza Lins

Membro Interno (FCI/UnB): Dra. Michelli Pereira da Costa



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Abreu Gomes, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 27/01/2024, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Michelli Pereira da Costa, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 29/01/2024, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Greyciane Souza Lins, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 30/01/2024, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10792124** e o código CRC **A645B743**.

AGRADECIMENTOS

Minha sincera gratidão a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho.

À minha família, minha mãe, meu pai (*in memoriam*) e minha irmã, expresso meu profundo amor incondicional. Sem vocês, nada seria possível.

A professora Ana Abreu, minha orientadora, pela paciência e incentivo ao longo deste processo. Pelas sugestões que foram fundamentais para a execução deste trabalho.

Por fim, agradeço a mim mesma.

RESUMO

Este estudo pretende apresentar a experiência do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo entre 1936 e 1938, durante a gestão de Mário de Andrade no que se refere à criação de bibliotecas e da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal a partir de 1989. A história das bibliotecas no Brasil se inicia no período colonial com a instalação dos colégios jesuítas na Bahia e ao passar dos anos permanece como um dos pontos para a introdução política e cultural no país. A análise será conduzida considerando relatos escritos, legislações, ações junto à comunidade e projetos desenvolvidos por ambas as instituições, buscando uma abordagem histórica desses períodos para assimilar o progresso dessas bibliotecas no cenário brasileiro. Para o entendimento desta análise, foram considerados o ponto de vista organizacional, histórico e jurídico de cada instituição, revelando imagens e tabelas para compreensão do assunto abordado e melhor visualização comparativa. A pesquisa é brevemente concluída com uma síntese do que foi entendido ao longo do estudo dos textos.

Palavras-chave: Biblioteca Pública; Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal; Mário de Andrade; Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo.

ABSTRACT

This study intends to present the experience of the *Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo* between 1936 and 1938, during the management of Mário de Andrade with regard to the creation of libraries and of the *Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal* from 1989 onwards. The history of libraries in Brazil begins in the colonial period with the installation of Jesuit schools in Bahia and over the years it remains one of the points for political and cultural introduction in the country. The analysis will be conducted considering written reports, legislation, actions within the community and projects developed by both institutions, seeking a historical approach to these periods to assimilate the progress of these libraries in the Brazilian scenario. To understand this analysis, the organizational, historical and legal point of view of each institution were considered, revealing images and tables to understand the subject covered and better comparative visualization. The research is briefly concluded with a synthesis of what was understood throughout the study of the texts.

Keywords: Public Library; Department of Education of the Federal District; Mário de Andrade; Department of Culture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da prefeitura de São Paulo (1934-1938)	16
Figura 2 - Carro Biblioteca Circulante	20
Figura 3 - Organograma parcial da SEEDF (2023)	22
Figura 4 - Organograma parcial da SECEC	22

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
USP	Universidade de São Paulo
FEDF	Fundação Educacional do Distrito Federal
SEEDF	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
SUBEB	Subsecretaria de Educação Básica
SIB	Sistema Integrado de Bibliotecas do Distrito Federal
PDLL	Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura
PNLL	Plano do Nacional do Livro e da Leitura
SECEC	Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa
LODF	Lei Orgânica do Distrito Federal
PDE	Plano Distrital de Educação
BNB	Biblioteca Nacional de Brasília
RBP-DF	Rede de Bibliotecas Públicas do Distrito Federal
DF	Distrito Federal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 OBJETIVOS	9
2.1 Objetivo geral	9
2.2 Objetivos específicos	9
3 JUSTIFICATIVA	10
4 METODOLOGIA.....	11
5 BREVE HISTÓRICO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES NO BRASIL.....	12
6 O DEPARTAMENTO DE CULTURA E RECREAÇÃO DA PREFEITURA DE SÃO PAULO DE 1935	15
6.1 O projeto	15
6.2 O que foi concretizado	17
6.3 A Divisão de Bibliotecas.....	18
7 BIBLIOTECAS PÚBLICAS E BIBLIOTECAS ESCOLARES NO DISTRITO FEDERAL.....	20
7.1 Projetos para as bibliotecas	22
7.2 Aplicação de Políticas	24
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERENCIAS.....	27
APENDICE A.....	31

1 INTRODUÇÃO

O interesse no estudo do tema partiu de um primeiro contato com o projeto de criação do Departamento de Cultura de São Paulo na década de 1930. As leituras sobre esse projeto, no que se refere às bibliotecas, permitiram uma reflexão sobre alguns dos conteúdos ministrados no Curso de Biblioteconomia. A partir dessas leituras, foi inevitável a reflexão sobre a realidade do Distrito Federal no que se refere à situação das bibliotecas quer sejam públicas ou escolares ou ainda públicas e escolares. Por isso, partimos de uma experiência mais distante no tempo para refletirmos sobre uma mais atual.

O Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo foi criado em 1935 com a participação de intelectuais da época, como Paulo Duarte, Mario de Andrade, Rubens Borba de Moraes e Sergio Milliet. Ele teve grande relevância para o cenário cultural da cidade, evidenciando o investimento do Estado na renovação de espaços pré-existentes e na criação de escolas, museus, teatros e bibliotecas que permanecem ativos até hoje como a Biblioteca Infante Juvenil Monteiro Lobato e a Biblioteca Mario de Andrade.

Já a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, fundada em 1962, entregou suas primeiras bibliotecas em 1966, destinadas ao público infantil e aos adultos (Duarte, 2011), instaladas principalmente nas Escolas Parque, que garantiam, por meio de regimento, a presença de salas de leitura ou de bibliotecas escolares.

A biblioteca escolar exerce um papel fundamental na educação, atuando como um ponto auxiliar da escola para a aprendizagem. “Tem a função de atuar como instrumento auxiliador da escola para o bom desenvolvimento acadêmico dos alunos, de seu hábito de leitura e de sua competência e letramento informacional” (Nascimento, 2022, p.1).

Com as primeiras bibliotecas no país construídas pelos jesuítas em 1553, de acordo com Guida (2019, p.1), o acervo destes espaços se expande ao ponto de, no final do século XVI, já existirem bibliotecas em cada colégio espalhado pelas principais capitais. Segundo Silva e Bortolin (2006, p. 39), “essas bibliotecas dos colégios e conventos foram as principais instituições formadoras da elite brasileira daquela época” (apud Guida, 2019, p. 1).

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Este estudo tem como objetivo geral descrever duas propostas governamentais de bibliotecas escolares públicas e identificar pontos de similaridade e discrepância entre ambas apesar dos 80 anos que as distanciam.

2.2 Objetivos específicos

- Apresentar projetos voltados para a biblioteca escolar em cada gestão
- Descrever ações realizadas ou não
- Apresentar discordâncias e semelhanças entre ambos

O intuito é observar como órgãos governamentais enxergam o papel de uma biblioteca, em especial as escolares, na formação, aprendizagem e crescimento de uma sociedade. “A biblioteca escolar é um lugar importante pelo seu potencial pedagógico, educacional, cultural e social.” (Siqueira et al., 2021). Cabe aqui também, a importância de entender dois diferentes modos de compreender cultura, como a visão de biblioteca escolar era encarregada ao órgão responsável pelas manifestações culturais e futuramente essa responsabilidade passa aos órgãos de educação.

3 JUSTIFICATIVA

No ano de 2022, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) apresentou informação preocupante para o universo cultural do país: o Brasil teria perdido cerca de 800 bibliotecas públicas. Os dados do SNBP nos informam que o Brasil tem hoje 5.318 bibliotecas públicas¹. A distribuição regional dessas bibliotecas nos indica que a maior parte delas se encontra na Região Nordeste com 1.772 bibliotecas públicas. Na Região Sudeste são 1444 bibliotecas, na Região Sul são 1.300, no Centro-Oeste são 462 e no Norte 300. Em comum a todas as regiões é o fato da maior parte delas estarem sob administração municipal².

No caso do Distrito Federal (Região Centro-Oeste), dessas 462 bibliotecas públicas, 22 são distritais e uma é federal. Essas bibliotecas públicas estão sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SECEC). Por outro lado, a rede pública de educação administra por meio da Secretaria de Estado de Educação do Governo do Distrito Federal (SEEDF) 466 bibliotecas escolares como veremos adiante. Em 2019, o Governo do Distrito Federal criou o Sistema Interligado de Bibliotecas do Distrito Federal que, como o nome propõe, determina a organização de bibliotecas públicas, escolares, comunitárias em um mesmo sistema.

Este estudo, portanto, se justifica no sentido de conhecer os caminhos (às vezes descaminhos) pelos quais foram sendo pensados e estabelecidos os rumos para a política de incentivo à leitura, a criação de bibliotecas e como essa trajetória conforma soluções para o Distrito Federal.

¹ Dados obtidos no portal <http://snbp.cultura.gov.br/bibliotecaspublicas/>. Acesso em 09 de dezembro de 2023.

² Idem

4 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi feita revisão de literatura que considerou as produções acadêmicas sobre biblioteca escolar, biblioteca pública e biblioteconomia, além de possibilitar uma sistematização breve da trajetória das bibliotecas no Brasil, com especial recorte para o caso de São Paulo na década de 1930. A escolha desse recorte e o desenvolvimento de uma análise de natureza histórica do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo durante a gestão de Mário de Andrade (1935-1938) se deve ao fato de entendermos que aquela experiência, mesmo que breve, concorreu para o desenvolvimento de uma série de outras experiências que tiveram como base o estabelecimento de sistemas ou redes de bibliotecas não só em São Paulo, mas, acreditamos, em todo o país. Para os objetivos desse TCC, nos debruçamos sobre a experiência do Distrito Federal, a partir de 1989. Para tal, procuramos estabelecer o período de fundação das instituições, além de legislações pertinentes

5 BREVE HISTÓRICO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES NO BRASIL

No Brasil, a formação das primeiras bibliotecas ocorreu no início da colonização portuguesa, por meio da congregação jesuíta, que tinha como objetivo a constituição de colégios para a catequese e para a instrução. Em 1553, foi fundado o primeiro colégio jesuíta em Salvador, juntamente com a primeira biblioteca do Brasil, contendo livros em latim, os quais, até o fim do século XVII, totalizavam mais de três mil itens. Meados do século XVIII após a expulsão da congregação pelo Marques de Pombal, à época aristocrata de grande influência entre a família real portuguesa, os colégios existentes na Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo foram fechados e os acervos das bibliotecas destes foram dispersos por bibliotecas de outras ordens religiosas; por vezes, destruídos e saqueados (Milanesi, 1993, apud Guida, 2019). Havia bibliotecas em outras ordens religiosas como franciscanos, beneditinos e carmelitas (MORAES, 2006, p. 15).

Como se sabe, a educação dos portugueses residentes na colônia era realizada principalmente na Europa, com destaque para universidades de Portugal e França. Em 1808, com a chegada da família real no Rio de Janeiro, fugindo das tropas napoleônicas, começaram a ser abertos colégios e as primeiras faculdades, que agora passaram a incluir livros em latim e francês em suas coleções. É necessário observar também que é dessa época a criação da Imprensa Régia.

Segundo Deaecto (2019, p. 41), as primeiras bibliotecas públicas no Brasil datam desse período da presença da Família Real no Brasil: em 1811 é inaugurada a Biblioteca Pública da Bahia, no mesmo local onde funcionara a Biblioteca dos jesuítas em Salvador, e a do Rio de Janeiro em 1814. A do Rio de Janeiro, em verdade, era a Biblioteca Real inaugurada em 1811 e aberta ao público em 1814 (MORAES, 2006, p.93). A Biblioteca Pública de São Paulo foi inaugurada em abril de 1825, já no contexto do Brasil independente.

Outro espaço onde temos fontes para estudo são as bibliotecas escolares. De acordo com Guida (2019), as bibliotecas escolares, tal como as conhecemos hoje, tiveram sua origem nas escolas normais da cidade de São Paulo em 1880. A partir dos anos 1930, novas unidades passaram a ser criadas conforme o surgimento de novas escolas. Após a Revolução Constitucionalista de 1932, um movimento armado

liderado pelo estado de São Paulo contra o governo provisório de Getúlio Vargas, com o objetivo de valorizar a cidade e dar-lhe um papel de destaque no país, foi criado o Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo por Armando de Sales Oliveira, que havia sido nomeado interventor por Vargas, e Fabio Prado, o prefeito da cidade. O escritor Mário de Andrade foi indicado para o cargo de diretor do departamento pelo deputado estadual Paulo Duarte, assumindo-o em 1935. Ele, em conjunto com outros, estabeleceu uma divisão de bibliotecas, criando mais espaços em escolas recém-inauguradas e também fora do ambiente escolar, com o objetivo de promover o letramento ideológico sob uma perspectiva dinâmica.

Nos deteremos no próximo capítulo sobre essa experiência paulistana. Entretanto, como se pôde perceber pelo breve histórico apresentado, há uma diversidade de tipologias de bibliotecas e apresentaremos algumas distinções já observando que essa classificação tem diferentes origens e finalidades, inclusive a de estabelecer políticas públicas específicas para cada setor.

Observa-se que essas classificações consideram o usuário, a tipologia de acervo. Edson Nery (2007, p. 51 – 56) diferencia seis tipos de bibliotecas: as bibliotecas infantis, as bibliotecas escolares, as bibliotecas universitárias, as bibliotecas especializadas, as bibliotecas nacionais e, por fim, as bibliotecas públicas. Já o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) apresenta sete tipos de biblioteca, cinco delas já citadas por Nery: nacionais, públicas, universitárias, especializadas, escolares. O CFB não faz referência às bibliotecas infantis e acrescenta as bibliotecas comunitárias e as ambulantes³.

Sobre as bibliotecas escolares, Nery observa que elas são “irmãs siamesas das infantis” (2007, p. 52). Dessa observação, podemos inferir que as bibliotecas escolares podem ser consideradas escolares/infantis a depender do acervo adequado à faixa etária de seus usuários. Já uma biblioteca escolar para adolescentes, é uma biblioteca escolar, mas não é infantil.... Moraes (2006, p.9) observa que no caso do período colonial brasileiro, as bibliotecas dos colégios jesuítas não se encontravam disponíveis para seus alunos, mas, mediante solicitação formal, poderiam ser usadas por outro tipo de público.

³ <https://cfb.org.br/tipos-de-biblioteca/>. Acesso em dezembro de 2023.

Nos deteremos, como já sinalizado, no próximo capítulo sobre a proposta do Departamento de Cultura de São Paulo para as bibliotecas. Como poderemos observar, as bibliotecas públicas do município ficaram a cargo da Divisão de Bibliotecas do referido Departamento, fossem elas classificadas em populares, infantis, circulantes.

6 O DEPARTAMENTO DE CULTURA E RECREAÇÃO DA PREFEITURA DE SÃO PAULO DE 1935

6.1 O projeto

O Departamento de Cultura e Recreação da prefeitura de São Paulo, projetado por intelectuais do cenário paulistano como Paulo Duarte, Sergio Milliet e Rubens Borba de Moraes foi instituído pelo Ato n. 861, 30/05/1935. Liderado pelo prefeito Fabio Prado, como um projeto da elite paulistana para a disseminação ideológica através da cultura após a derrota na Revolução Constitucionalista de 1932 e impulso político para a candidatura à presidência do então governador do estado Armando de Sales Oliveira nas eleições de 1938. Sob a direção do escritor modernista Mário de Andrade (1893-1945), o projeto foi pioneiro no estímulo e produção e difusão cultural da época.

Subordinado diretamente à prefeitura, o departamento foi organizado inicialmente em quatro divisões além da diretoria para a centralização de estudos de memória estatística e cultural do município. De acordo com Assis (2013) essas divisões eram organizadas da seguinte forma:

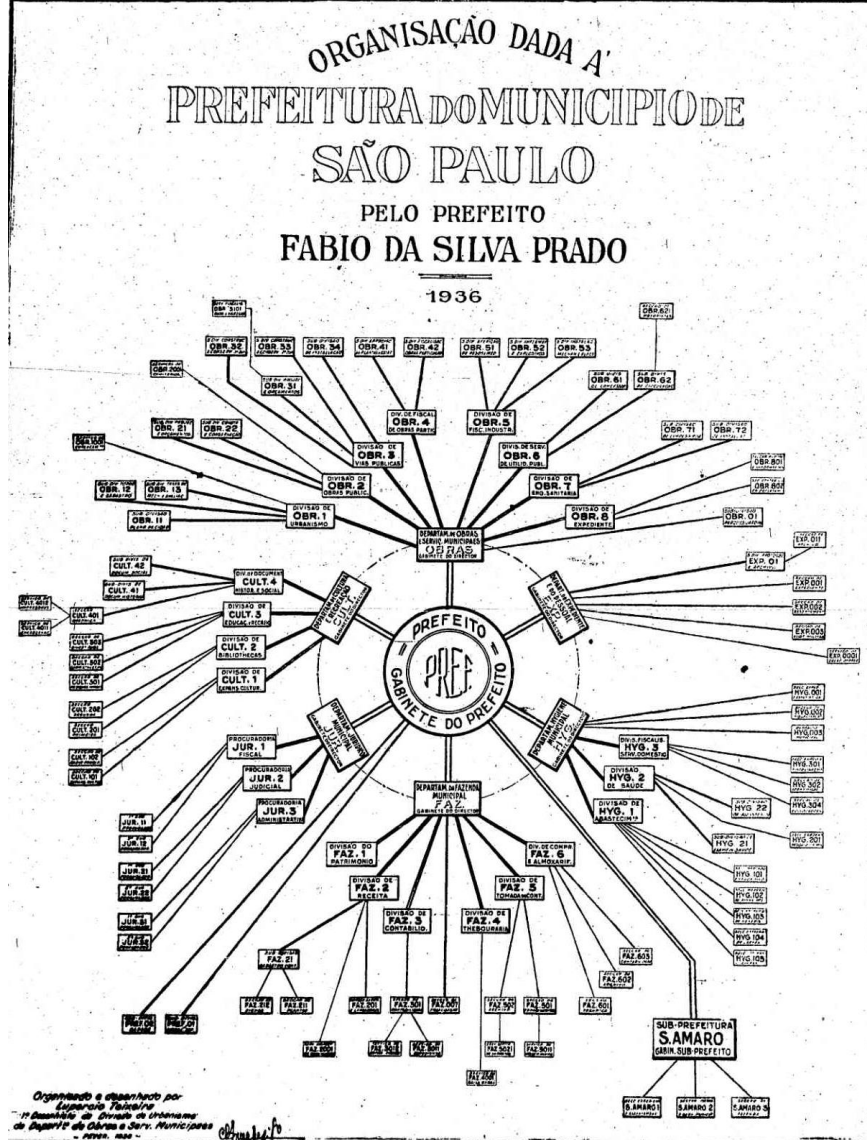
Divisão de Expansão Cultural: responsável pelos assuntos referentes à música e artes plásticas, abrangendo shows, rádio, cinema e teatro. Suas atribuições incluem, a criação de uma discoteca pública, uma orquestra e uma banda municipal, além de uma estação de rádio escola e a administração do Teatro municipal.

Divisão de Bibliotecas: responsável por toda a divulgação cultural escrita para promoção da literatura, lhe foi atribuída as bibliotecas públicas do município, abarcando as populares, infantis e circulantes, bem como a anexação da Biblioteca Municipal à pasta e a construção de uma nova sede voltada à pesquisa.

Divisão de Educação e Recreio: responsável pelos programas de incentivo ao esporte para crianças de baixa renda. Encarrega a administração dos parques infantis, estádios, campos de atletismo, piscinas e espaços de recreação – estes visando principalmente a realização de festas de cunho regional e religioso - e a integração do parque infantil Pedro II.

Divisão de Documentação Histórica e Social: Responsável pela produção e conservação arquivística da cidade, a divisão se dá em duas seções: a histórica e a social. São previstas parcerias para pesquisa com a recém-criada Universidade de São Paulo, o Arquivo municipal é incorporado a sua estrutura e conseqüentemente a “Revista do Arquivo Municipal”.

Figura 1 - Organograma da prefeitura de São Paulo (1934-1938)



Fonte: O Estado de S. Paulo (1936, p. 5).

6.2 O que foi concretizado

Ao dia seguinte à instituição do ato de criação, Mario de Andrade foi nomeado diretor do departamento compondo este junto aos chefes de cada divisão Nicanor Miranda, Sergio Milliet e Eurico de Goes (ASSIS, 2013, p. 46).

Acumulando o cargo de diretor, Mario de Andrade chefiou a divisão de expansão cultural. Em 1935, é inaugurada a Discoteca Pública Municipal pelo Ato n. 862 de 30/05/1935, cuja direção foi entregue a Oneyda Alvarenga (1911-1984), musicóloga mineira e ex-aluna de Andrade no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Nela operava-se o arquivo da palavra, proposta relacionada à Missão de Pesquisas Folclóricas (1938)⁴, que tinha como objetivo realizar gravações das variações linguísticas do português brasileiro. Em outubro do mesmo ano, criou-se a Orquestra Sinfônica, conforme previsto no ato de criação, para a difusão da música erudita para a população (Andrade, 2015). Contudo, algumas iniciativas previstas não foram bem-sucedidas, como foi o caso do projeto de alto-falantes, barrado devido a questões orçamentárias, e a Discoteca Municipal fechada em 1945 e incorporada em 1984 ao Centro Cultural São Paulo com o nome de “Discoteca Oneyda Alvarenga”.

Comandada pelo advogado e jornalista Nicanor Miranda, a divisão de educação e recreio introduziu atividades que fundiam educação e lazer juntamente com profissionais da saúde, educação e esporte, sempre com foco em atividades que evidenciavam o folclore e o tradicionalismo. Inicialmente realizadas no Parque Infantil Pedro II, mais sete parques foram implantados pela cidade, junto com o início da construção do estádio do Pacaembu. Estes espaços eram utilizados pela Universidade de São Paulo (USP) para pesquisa social através das atividades desenvolvidas pelas crianças. Com a instauração do Estado Novo em 1937, o modelo foi descontinuado e substituído por uma versão mais restrita em áreas distantes do centro da cidade e as obras do estádio concluídas em 1940⁵.

A cargo da Divisão de Documentação Histórica e Social, o escritor e sociólogo Sergio Milliet (1898-1966) encabeçou a primeira ação do departamento, um estudo de

⁴ Organizada pelo departamento entre fevereiro e julho de 1938, a expedição visitou estados do norte e nordeste, coletando e produzindo registros de expressões culturais, dando início ao que hoje se interpreta como patrimônio imaterial.

⁵ ANDRADE, M. Me esqueci completamente de mim, sou um departamento de cultura. São Paulo: Imprensa Oficial, 2015.

conformação urbana para detecção de problemas alimentares, educacionais e de habitação. Foi responsável por diversas pesquisas e produções documentais em parceria com a USP que auxiliavam nas atividades das demais divisões.

Com a mudança governamental e a sucessão na prefeitura pelo engenheiro Prestes Maia (1896-1965), escolhido por Vargas como interventor, mudanças foram impostas a área da cultura que não era prioridade do novo governante. Mário de Andrade foi exonerado do cargo em maio de 1938 e mudou-se para o Rio de Janeiro, os demais agentes do departamento continuaram em seus cargos.

6.3 A Divisão de Bibliotecas

Organizada pelo Ato n. 861, 30/05/1935 em duas seções sem nomeações distintas, a primeira, encarregada do processamento técnico e administração da divisão e a segunda da conservação tanto do acervo quanto do espaço, englobando serviços de limpeza, portaria e restauração.

O ato municipal descreve as competências do chefe da divisão quanto à administração e fiscalização das seções, a organização da distribuição das unidades, a comunicação e a participação nos serviços internos como processamento técnico, seleção, aquisição, conservação, atendimento, inventário e a publicação dos dados coletados ao longo do processo. Para a formação de quadro profissional destas bibliotecas, foi decretado a realização de um curso anual de biblioteconomia. Finalizando o texto de criação, determina-se a instauração da Biblioteca Brasileira e de uma Biblioteca Infantil dentro da Biblioteca Municipal, esta última poderia ou não funcionar no mesmo edifício. A Biblioteca deveria ser constituída por um acervo com obras nacionais, traduções autorizadas pelo estado e coleções especiais, como mapas, selos e moedas. Além disso, a ela teria como função diária a confecção de um jornal intitulado 'O Jornal das Crianças', com recortes de notícias atuais adaptadas para o público infantil e a realização de concursos de livros infantis.

Primeiramente chefiada pelo advogado baiano Eurico de Goes (1878-1938), que não compactuava com os métodos de Mario de Andrade e sucedido um ano após pelo bibliotecário paulista Rubens Borba de Moraes (1899-1986), a divisão implantou o curso de biblioteconomia e no Instituto Caetano de Campos onde também seria

iniciado o primeiro projeto de biblioteca escolar institucionalizada pela prefeitura (Andrade, 2015). A Divisão adaptou carros para as bibliotecas motorizadas circulantes que ficavam nos parques, construiu a biblioteca infantil inaugurada em 1936 e registrou uma frequência média de 34 mil usuários durante os três anos seguintes. Estabeleceu projetos para as bibliotecas populares, voltadas à população operária crescente pela industrialização da cidade, adquiriu coleções de intelectuais notórios falecidos a época para constituição do acervo, uma fusão entre as bibliotecas municipal e estadual foi realizada em janeiro de 1937 criando uma rede de bibliotecas com foco no auxílio ao processamento técnico, aumento do acervo e diversificação de público.

Ao final da curta gestão de Mario de Andrade muitos projetos não prosseguiram ou foram reformulados para outros espaços da prefeitura, o curso de biblioteconomia ministrado por Borba de Moraes foi incorporado a Escola de Sociologia e Política de São Paulo afiliada a USP em 1940. Após um período de testes as bibliotecas motorizadas foram descontinuadas dado a perspectiva do parque como um “local de passagem” em contradição a Europa e Estados Unidos, assim desfavorecendo o plano de bibliotecas populares que seriam construídas após os testes de público realizados pelas motorizadas⁶. A Biblioteca Pública foi renomeada em 1960 em homenagem ao diretor fundador do departamento, assim como a biblioteca infantil que permaneceu após a gestão e teve seu nome alterado em 1955 para Biblioteca Infanto-juvenil Monteiro Lobato.

⁶ ANDRADE, M. Me esqueci completamente de mim, sou um departamento de cultura. São Paulo: Imprensa Oficial, 2015, p. 24.

Figura 2 - Carro Biblioteca Circulante

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo

7 BIBLIOTECAS PÚBLICAS E BIBLIOTECAS ESCOLARES NO DISTRITO FEDERAL

Ao longo dos anos, o Distrito Federal elaborou diversas normativas com o objetivo de construir e organizar um sistema bibliotecário na capital federal. Em 1989, o Decreto 11.773 instituiu o Sistema Integrado de Bibliotecas do Distrito Federal (SIB) e marcou o primeiro projeto distrital nessa área. Ele previa a implantação e implementação de bibliotecas públicas, escolares e especializadas vinculadas à administração pública. O sistema seria coordenado pela Secretaria de Cultura em conjunto com a Secretaria de Educação e Secretaria de Administração (DISTRITO FEDERAL, 1989). Estabelece-se aqui, de forma clara, as secretarias que seriam responsáveis pelas políticas voltadas às bibliotecas no Distrito Federal: a de Educação e a de Cultura. O SIB não parece ter avançado muito nos objetivos da política considerando nova legislação apresentada sete anos depois.

Essa nova tentativa foi feita pelo Decreto 17.684 de 18 de setembro de 1996. Nesse novo sistema, chamado de Rede de Bibliotecas Públicas do Distrito Federal, inicialmente incluíam-se as bibliotecas públicas das Regiões Administrativas do Distrito Federal (em número de 22), juntamente com a Biblioteca Pública de Brasília (DISTRITO FEDERAL, 1996). No entanto, o decreto retirou a obrigação das bibliotecas escolares a participarem do sistema, como anteriormente previsto pelo Decreto 11.773/1989.

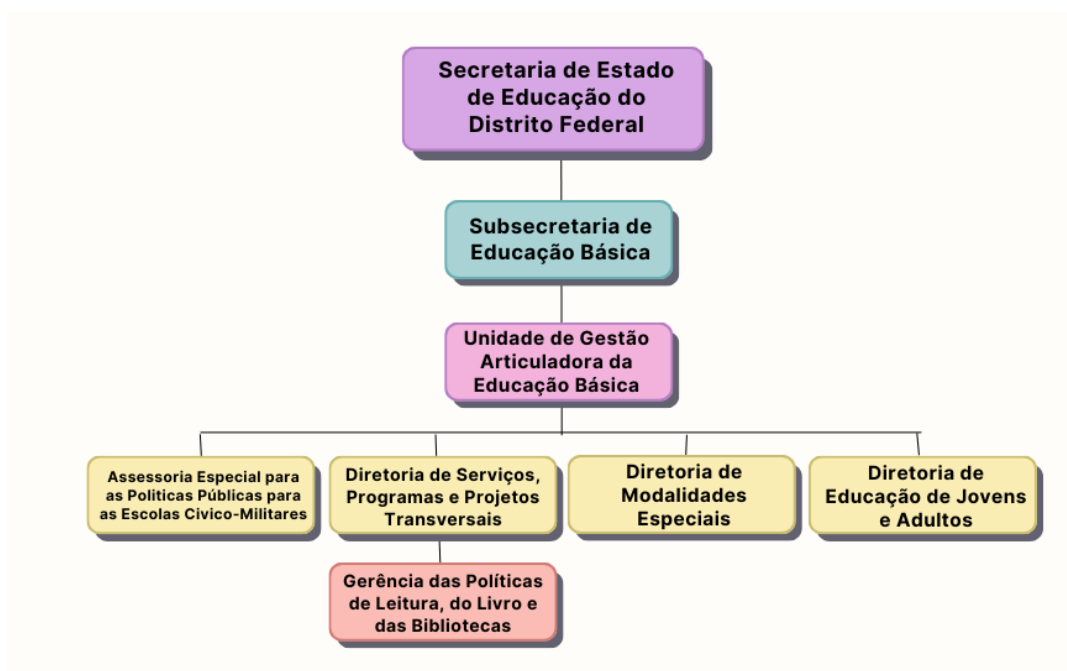
Em continuidade aos projetos, o Governo do Distrito Federal (GDF) lançou o Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura (PDLL) em 2011. Este documento estabelece diretrizes de incentivo à leitura por meio de eventos e ações, possibilitando o acesso a serviços culturais (SILVA; SOUZA, 2012). Baseando-se no Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), o PDLL estabelece metas para bibliotecas públicas, ao mesmo tempo em que apresenta um panorama da realidade dessas instituições. No que diz respeito às bibliotecas em instituições de ensino, o texto se limita a fornecer dados quantitativos da SEEDF, indicando a presença de 8 profissionais bibliotecários e 438 escolas com bibliotecas. Além disso o documento reconhece a falta de recursos e destaca a importância da valorização da leitura (2012, p. 16). O eixo estratégico estabelece diretrizes a serem cumpridas até 2022. Entre elas, as mais expressivas incluem a implantação de novas bibliotecas, formação e contratação de profissionais, a reestruturação do sistema, distribuição de material, a produção de conteúdo e a institucionalização do PDLL.

Posteriormente, a Lei Distrital 5.499 de 14 de julho de 2015, protocola o primeiro Plano Distrital de Educação (PDE), que serve como referência aos planos plurianuais (PPA), fica em vigor de 2015 a 2024, e inclui bibliotecas escolares, setoriais e comunitárias, bem como salas de leitura. No decorrer do texto é enfatizada a aplicação da suscinta Lei 12.244/10, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares no país, além da construção e aquisição de acervo em parceria com a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SECEC), responsável pelas bibliotecas públicas do DF

7.1 Projetos para as bibliotecas

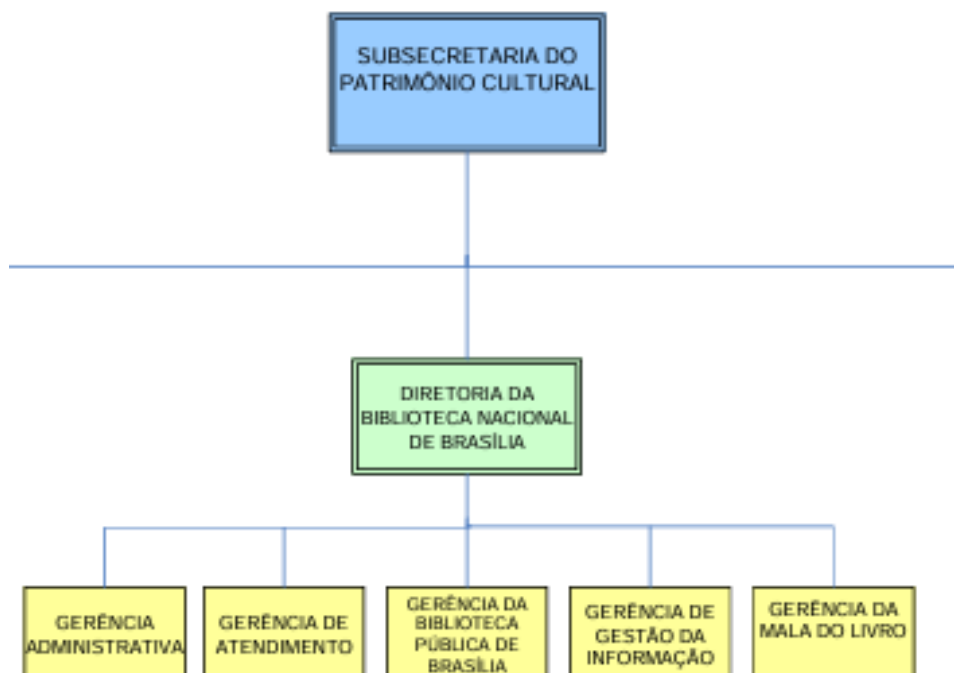
Instituída em 1962 como Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF) e atualmente coordenada pela professora de educação básica Hélvia Paranaguá, a hoje Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) se divide em oito subsecretarias, incluindo a Subsecretaria de Educação básica (SUBEB), que, entre várias divisões, é encarregada da Gerência das Políticas de Leitura, do Livro e das Bibliotecas. Esta gerência é diretamente responsável pelas bibliotecas escolares e escolares-comunitárias no âmbito do Distrito Federal. Assim como a SECEC, formalizada pela Lei nº 2.299, de 21 de janeiro de 1999, e responsável por parte das bibliotecas públicas do DF, atualmente administrada pelo deputado distrital Claudio Abrantes, a Subsecretaria do Patrimônio Cultural, na qual a BNB está inserida, e é responsável pelos projetos bibliotecários do órgão.

Figura 3 - Organograma parcial da SEEDF (2023)



Fonte: Elaboração própria (2023), adaptado do *site* da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (2023)

Figura 4 - Organograma parcial da SECEC



Fonte: Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (2023)

Atualmente as bibliotecas escolares dispõem de um regulamento próprio, a Portaria 380 de 23 de novembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a organização e funcionamento delas, influenciada pela Lei Federal 12.244 de 24 de maio de 2010. Lei que decreta a obrigatoriedade de bibliotecas e bibliotecários em instituições de ensino no Brasil e estabelece, no art. 3º, um prazo máximo de dez anos para a implementação (BRASIL, 2010). Com o avanço tecnológico e o desenvolvimento de sistemas de informação, em 2012 é decretada a Lei 33.634 que cria a Biblioteca Digital da Rede Pública de Ensino do DF sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação e da Secretaria de Estado de Cultura, apenas em 2014 ela é promulgada⁷, o texto alterando a gestão inicial, agora a cargo da SEEDF e não especifica quais profissionais, além de professores, deveriam atuar nesse sistema. Outra ação em favor das bibliotecas escolares ocorreu na emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF)⁸, que alterou o art. 230 para

⁷ Lei nº 5.420, de 24 de novembro de 2014

⁸ Cumpre o papel de uma Constituição, é a lei que rege o Distrito Federal

direcionar recursos para a constituição das bibliotecas em instituições de ensino públicas (DISTRITO FEDERAL, 2014). Anteriormente, a lei estabelecia a separação de recursos para escolas públicas sem definição de setores.

Em 2019, a SECEC em conjunto com a Secretaria de Estado de Educação, lança o Sistema Interligado de Bibliotecas do Distrito Federal, com operação do Koha⁹, se propõe a interligar as bibliotecas públicas, escolares e escolares-comunitárias até o final de 2022. Inicialmente com 28 bibliotecas participantes, o objetivo era conectar 700 e seria gerenciada pela Biblioteca Nacional de Brasília (BNB). Além da SEEDF, a SECEC é a responsável pelas principais bibliotecas públicas do Distrito Federal. São elas: a Biblioteca Nacional de Brasília (BNB), a Biblioteca Pública de Brasília e a Biblioteca de Artes de Brasília, localizada no Espaço Cultural Renato Russo. As bibliotecas das regiões administrativas ficam sob a gerência de cada administração. Juntas estas formam a Rede de Bibliotecas Públicas do Distrito Federal (RBP-DF) instituída no Decreto n.17.684 e administrada pela BNB. Além disso, essas bibliotecas estão integradas no Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), com exceção da Biblioteca de Artes e com a adição da Biblioteca Demonstrativa, a única de administração federal no DF.

A partir de 2020, a SEEDF publica cartilhas para auxílio nas formações profissionais destas bibliotecas no âmbito pedagógico, jurídico e bibliográfico. Abaixo a relação de cartilhas e assuntos propostos:

7.2 Aplicação de Políticas

Apesar das diversas propostas legislativas para as bibliotecas escolares, poucas foram efetivamente implementadas. O SIB, a primeira proposta de um sistema bibliotecário no DF, não obteve sucesso. Somente em 2019 houve a concretização da parceria entre SECEC e SEEDF, incluía o acervo de 700 bibliotecas públicas e escolares isso totalizava um acervo de 860 mil itens (AGENCIA BRASÍLIA, 2019), no entanto, no período desta pesquisa o domínio do SIB já não estava disponível. Atualmente o DF, se dispõe apenas de Redes interligadas de Bibliotecas para as

⁹ É um *software* livre de código aberto para gestão de bibliotecas.

Bibliotecas públicas, estas administradas pela SECEC e pelas Administrações Regionais.

Em 2011, após o lançamento do PDLL, que estabeleceu metas de aumento no quadro de bibliotecários e a implementação de novas bibliotecas, um concurso só foi realizado em 2016, oferecendo apenas 4 vagas, um número inferior ao necessário para atender às mais de 400 escolas listadas no próprio Plano.

Conforme informações da Câmara Legislativa do Distrito Federal, em 2021, apenas uma bibliotecária fazia parte do quadro de servidores da SEEDF, e as 10 contratações previstas no concurso de 2016 não foram feitas. Com isso, observa-se que o PDE, baseado na Lei Federal 12.244/10, cujo prazo se encerrou em 2020, também não foi cumprido, não há bibliotecários suficientes na SEEDF para a quantidade de bibliotecas escolares disponíveis. Em 2022, foi realizado um novo concurso e convocados 8 servidores, totalizando nove bibliotecários a serviço do órgão. Segundo o Censo Escolar (2022), o DF possui 1.491 escolas públicas e privadas, destas 466 possuem bibliotecas e/ou salas de leitura, ou seja 31% do total.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ambas propostas mostram as grandes expansões da biblioteconomia, principalmente no âmbito de bibliotecas públicas. Apesar de surgirem em contextos diferentes, elas evidenciam desafios externos semelhantes, como se fossem contemporâneas como a falta de recursos, o desinteresse político e o desgaste de agentes públicos. Historicamente, no Brasil, as bibliotecas escolares têm sido negligenciadas e, muitas vezes, atuam como apêndices do sistema educacional (Gasque; Costa, 2003, apud Gasque, 2013) e esta continua sendo a realidade desses espaços.

No entanto, é importante ressaltar que as bibliotecas públicas também enfrentam desafios significativos. Apesar de serem vitais para o acesso à informação, educação e cultura em comunidades, essas instituições muitas vezes lidam com orçamentos limitados e enfrentam dificuldades para se manterem atualizadas diante das demandas tecnológicas em constante evolução. A promoção da importância das bibliotecas públicas e a alocação de recursos adequados são elementos cruciais para fortalecer esses centros culturais e educacionais no panorama bibliotecário.

Este estudo relata apenas uma parte do cenário bibliotecário do Distrito Federal, apesar das poucas e dispersas fontes que este breve compilado possa contribuir para uma compreensão mais efetiva.

REFERENCIAS

AGENCIA BRASILIA. **Bibliotecas públicas e escolares terão catálogo disponível gratuitamente na internet.** 2019. Disponível em: <https://agenciabrasilia.df.gov.br/aviso-de-pauta/bibliotecas-publicas-e-escolares-terao-catalogo-disponivel-gratuitamente-na-internet/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ANDRADE, Mário de. **Me esqueci completamente de mim, sou um departamento de cultura.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2015. 331 p.

ASSIS, Leonardo da Silva de. **Bibliotecas públicas e políticas culturais: a Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo (1935).** 2013. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-28012014-121948/pt-br.php>. Acesso em: 05 ago. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2022.** 2022, Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. **Lei 5.499, de 14 de julho de 2015.** Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/a67c782d75ed48168d81521d566eeac2/Lei_54_99_14_07_2015.html. Acesso em: 20 out. 2023.

CAPUTO, Denise. **Com apenas um bibliotecário na secretaria de Educação, GDF descumpra lei federal.** CLDF, Brasília, 12 mar. 2021. Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/-/com-apenas-um-bibliotec-c3-a1rio-na-secretaria-de-educac3-a7-c3-a3o-gdf-descumpra-lei-de-bibliotecas-escolares>. Acesso em: 20 nov. 2023.

DISTRITO FEDERAL. **Emenda à lei orgânica nº 79, de 2014.** Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/77413/cldf_elo_79_2014.html#art1. Acesso em: 06 nov. 2023.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto 11.773 de 21 de agosto de 1989**. Brasília, DF, 1989. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/17818/Decreto_11773_21_08_1989. Acesso em: 05 nov. 2023.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto 17.684 de 18 de setembro de 1996**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/30574/exec_dec_17684_1996.html. Acesso em: 24 out. 2023.

DISTRITO FEDERAL. **Lei 5.420 de 24 de novembro de 2014**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/78560/Lei_5420_27_11_2014.pdf. Acesso em: 05 nov. 2023.

DISTRITO FEDERAL. **Portaria 380 de 23 de novembro de 2018**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/042da4ca93494c479fffb17c7b085875/Portaria_380_23_11_2018.html. Acesso em: 19 out. 2023.

DUARTE, Maria de Souza. **A educação pela arte: o caso Brasília**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011. 236 p.

GASQUE, K. C. G. D. **Centro de recursos de aprendizagem: biblioteca escolar para o século XXI**. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 11, n. 1, p. 138–154, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1656>. Acesso em: 27 nov. 2023.

GOMES, Denise Pedroso. **O departamento municipal de cultura de São Paulo (1935 - 1938): políticas de criação de bibliotecas e democratização de leituras**. 2008. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em educação: história, política, sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/10661/1/Denise%20Pedroso%20Gomes.pdf>. Acesso em: 05 set. 2023.

GUIDA, R. B. Breve histórico da biblioteca escolar no Brasil. **Anais do 28º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação-FEBAB**, v. 28, 2019. Disponível em: <https://anaiscbbd.emnuvens.com.br/cbbd2019/issue/view/13>. Acesso em: 03 set. 2023

HUBNER, Marcos Leandro Freitas; SILVA, José Fernando Modesto; ATTI, Alessandra. Origens do ensino da biblioteconomia no Brasil. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/12105/8886>. Acesso em: 02 set. 2023.

MAGISTÉRIO. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, n. 2, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/Rev-Magisterio-80-anos.pdf>. Acesso em: 01 set. 2023.

NASCIMENTO, V. **A importância da função pedagógica na biblioteca escolar brasileira**. p. 69-96. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/170237>. Acesso em: 23 nov. 2023.

SÃO PAULO. **Ato 861 de 30 de maio de 1935**. São Paulo, SP. Disponível em: <http://documentacao.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/atosgovernoprovisorio/AGP0861-1935.pdf>. Acesso em: 1 set. 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA. **Plano do Distrito Federal do livro e da leitura: construindo a capital da leitura**. 2011. Disponível em: www.cultura.df.gov.br/wp-content/uploads/joomla/da3608dbc0cf1daf56ccad2f081d8ff0.pdf . Acesso em: 20 set. 2023

SENA, E. A. Um turbilhão sublime: Mário de Andrade e o Departamento De Cultura de São Paulo. **Cátedra Olavo Setubal de Arte, Cultura e Ciência**, 2018.

SILVA, Vanessa Barbosa da; SOUZA, Daniel Armando de. **Considerações sobre a implantação do sistema de bibliotecas públicas do Distrito Federal**. Rbbd. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 35-50, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/2912>. Acesso em: 05 nov. 2023.

SIQUEIRA, T. G. S.; TRINDADE, T. L.; TERRA, G. M.; TORRES, P. L.; TERRA, G. M. **Panorama da biblioteca escolar no brasil: legislação e ações.** p. 1-19. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/162056>. Acesso em: 25 nov. 2023.

APENDICE A

Leis aprovadas no DF em favor das bibliotecas públicas e escolares.

Legislação	Tratativa
Decreto nº 11.773, de 21 de agosto de 1989	Institui o Sistema Integrado de Bibliotecas do Distrito Federal.
Decreto nº 17684, de 18 de setembro de 1996	Institui a Rede de Bibliotecas Públicas do Distrito Federal, e dá outras providências.
Decreto nº 33.634, de 25 de abril de 2012.	Dispõe sobre a criação da Biblioteca Digital do Distrito Federal, no âmbito das Secretarias de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação e de Cultura.
Lei Orgânica Do Distrito Federal – art. 236	Cabe ao Poder Público manter um sistema de bibliotecas escolares na rede pública e incentivar a criação de bibliotecas na rede privada, na forma da lei.
Lei nº 5.420, de 24 de novembro de 2014	Dispõe sobre a Biblioteca Digital da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal
Emenda à Lei Orgânica 79 de 31 de julho de 2014 – art. 230	Promove a descentralização de recursos necessários para o aparelhamento, a modernização e a contínua atualização das bibliotecas públicas das instituições de ensino
Lei nº 5.499 de 14 de julho de 2015	Aprova o Plano Distrital de Educação – PDE e dá outras providências.
Portaria 380 de 23 de novembro de 2018	Dispõe sobre a organização e funcionamento das bibliotecas escolares e bibliotecas escolares-comunitárias da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e dá outras providências